

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Mulheres Indígenas](#)
- [Opinião](#)
- [Agenda Cultural](#)

Apresentação

A **75ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

A Importância da Mulher na Resistência Contra a Ditadura Militar

As mulheres estiveram presentes na resistência contra a ditadura militar, como estiveram presentes em vários movimentos de mobilização ao longo da nossa história. No golpe de 1964, elas resistiram de muitas formas, se organizaram em clubes de mães, associações, comunidades eclesiais de base, em movimentos contra o custo de vida, reivindicaram o direito de poder contar com creches para seus filhos, além de integrarem vários grupos de resistência ao regime implantado, desafiando o papel feminino tradicional.

Embora, a presença da mulher tenha sido de suma importância no período ditatorial, sua visibilidade foi pequena e pouco reconhecida, estando sempre relacionada à mera parceria dos revolucionários, diminuindo assim, a importância feminina na resistência à ditadura militar.

Muitas mulheres que lutaram contra a ditadura eram ligadas à movimentos feministas e elas levavam questões de gênero para os debates políticos, o que de certa forma, trouxe resistência às organizações de oposição ao governo que viam as questões do ativismo feminista como menos importantes diante da luta contra o regime militar. Diante disso, houve uma discussão de como as mulheres deveriam atuar, se lutando sobre questões específicas de direitos da mulher dentro da ditadura ou se de modo geral, lutando contra a opressão militar. O que trouxe correntes com pensamentos diversos dentro dos movimentos feministas da época.

Camila Tavares Dias

Estagiária de Direito do NUDEM

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito& Sociedade

Autorização de marido para mulher fazer laqueadura pode enfim cair

Ação do PSB ajuizada no STF quer acabar com a exigência

Uma ação do PSB (Partido Socialista Brasileiro) pode acabar com a exigência de autorização do marido para laqueadura no SUS (Sistema Único de Saúde).

A legenda ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5911) contra dispositivos da Lei do Planejamento Familiar em março. O trecho determina que a esterilização voluntária só pode ser feita por homens e mulheres acima dos 25 anos com pelo menos 2 filhos vivos e com autorização de ambos os cônjuges.

A lei também estabelece um período de 60 dias entre o pedido e a cirurgia, em que a pessoa terá aconselhamento "visando desencorajar a esterilização precoce".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Juízas acusam associação de machismo

Magistradas deixam entidade nacional com argumento de que encontro científico não convidou mulheres.

Um grupo de juízas obrigou a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), maior entidade de classe da magistratura, a tratar publicamente do machismo no Judiciário, tema que os tribunais evitam discutir.

As juízas Geilza Diniz, Rejane Jungbluth Suxberg e Carla Patrícia Lopes, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), pediram desfiliação da AMB no último dia 3. Elas se dizem inconformadas com a ausência de magistradas entre os conferencistas do 23º Congresso Brasileiro de Magistrados, que acontece em maio. Mais 30 juízas, de vários estados, haviam acompanhado as colegas e deixado a instituição.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Bancada da Bíblia faz ofensiva para dominar debate sobre descriminalização do aborto

Comissões da Câmara e do Senado aprovaram requerimentos com nomes ligados a religiosos para discutir ação no STF.

Em uma estratégia a fim de dominar o debate sobre a descriminalização do aborto, a bancada da Bíblia aprovou 4 requerimentos para convidar nome contrários à interrupção da gravidez para discutir o assunto no Congresso Nacional.

Na semana passada, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados aprovou um pedido para fazer um seminário a fim de discutir a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 444 que tramita no STF (Supremo Tribunal Federal). A ação pede a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, período considerado seguro para a mulher.

Apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), um dos principais nomes da bancada evangélica, o documento pede que sejam convidados 10 especialistas, todos contrários aos direitos reprodutivos. Também está na lista um representante do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, além da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, da advogada-geral da União, Grace Mendonça, e do advogado-geral do Senado, Alberto Cascais.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Jurisprudência

Tribunal garante à estudante gestante o direito ao regime de exercícios domiciliares

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negou provimento à remessa oficial da sentença que concedeu a uma gestante o direito ao regime escolar domiciliar por cento e vinte dias, que lhe garantiu a realização de trabalhos escolares na sua residência, no curso de medicina do Instituto de Ciência da Saúde (FUNORTE).

Consta dos autos que a impetrante preencheu todos os requisitos legais necessários à concessão do regime, motivo pelo qual se afigurou injustificada a recusa por parte do Instituto de Ciência da Saúde.

Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Jirair Aram Meguerian, alegou que é assegurado à estudante gestante, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044/69. Considerando que a impetrante se enquadrava na situação permitida na legislação de regência, conforme declaração da médica, ressaltou o magistrado que "não há o que impeça a concessão da segurança, não havendo que se falar em provimento do reexame necessário".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

Seguridade aprova prioridade no SUS para cirurgia reparadora à vítima de violência doméstica

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, na quarta-feira (11), proposta que garante prioridade de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) para a cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

O texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei 2362/15, do deputado Alfredo Nascimento (PR-AM). Esse substitutivo recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Seguridade, deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), com subemenda.

O projeto original garante o direito à cirurgia plástica reparadora e prevê a prioridade de atendimento para o procedimento no SUS. Porém, conforme destaca o relator, esse direito já está assegurado à mulher vítima de violência pela Lei 13.239/15. Esta lei não fixa, porém, o direito à prioridade de atendimento – e esta parte do projeto foi mantida no substitutivo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Publicadas duas leis para combate à violência contra a mulher

Duas leis para o combate à violência contra a mulher foram publicadas sem vetos no *Diário Oficial da União* desta quarta-feira (4): uma para criminalizar a divulgação de mensagens misóginas pela internet, e outra para tornar crime o descumprimento de medidas protetivas determinadas pela Lei Maria da Penha ([Lei 11.340/2006](#)).

A [Lei 13.642/2018](#) (originada do PLC [186/2017](#)) delega à Polícia Federal a atribuição de investigar crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógeno (propaganda de ódio ou aversão às mulheres) pela internet.

O projeto é da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) e altera a [Lei 10.446/2002](#), sobre a atuação da Polícia Federal. O texto recebeu em Plenário parecer favorável da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Internacional

ONU lança campanha pela autonomia das mulheres rurais na América Latina e Caribe

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lançou nesta semana a terceira edição da sua campanha #MulheresRurais, mulheres com direitos, iniciativa que defende o empoderamento das latino-americanas e caribenhas vivendo no campo. Programa terá apoio da ONU Mulheres e desenvolverá ações específicas para indígenas.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura ([FAO](#)) lançou nesta semana a terceira edição da sua campanha *#MulheresRurais, mulheres com direitos*, iniciativa que defende o empoderamento das latino-americanas e caribenhas vivendo no campo. Com o projeto, a agência da ONU acompanhará processos decisórios nos países da região para garantir igualdade de gênero em estratégias de desenvolvimento agrícola.

Em 2018, o programa da FAO criará o [Mapa de aliados das mulheres rurais](#), uma ferramenta interativa que permitirá encontrar instituições com experiências positivas e inovadoras, voltadas para a autonomia das agricultoras, mulheres indígenas e afrodescendentes. A campanha também retomará ações de conscientização nas redes sociais.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Debate inédito no Congresso argentino mostra força de ativismo pela legalização do aborto

Projeto de lei que legaliza a interrupção voluntária da gravidez é debatido pela primeira vez por parlamentares na Argentina, impulsionado por milhares de mulheres nas ruas; a *Gênero e Número* levantou os dados que baseiam o debate no país, onde maior parte das mulheres mortas por aborto no país tinha entre 25 e 29 anos e rede de ativistas acompanhou mais de 12 mil mulheres a abortar nos últimos quatro anos.

Nesse mês, o Congresso argentino começou a debater pela primeira vez na história um projeto de lei para legalizar o aborto. A proposta de legalização da interrupção voluntária da gravidez chegou à Câmara de Deputados por iniciativa popular reunida na Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito.

Até o fechamento desta matéria, dos 257 deputados argentinos, 106 estão a favor da medida, 112 contras e dois declaram abstenção. Ainda há 37 legisladores da casa com posicionamento indefinido. O levantamento com as posições dos congressistas está sendo feito colaborativa mente desde fevereiro, em uma planilha lançada pelo projeto *Economia Femini(s)ta*, que produz e difunde dados sobre desigualdade de gênero na Argentina.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Kate Middleton, por aqui, não teria a menor chance

Cada vez que Kate Middleton sai da maternidade, andando, horas depois de dar à luz mais um bebê real, a cruel realidade obstétrica brasileira fica cada vez mais clara, só não vê quem não quer: aqui as mulheres são enganadas, todos os dias, ao serem levadas a escolher uma cesárea. Elas começam o pré-natal querendo um parto normal, mas ouvem os médicos dizerem, o tempo todo, que isso “é coisa de índia!”, “uma aventura desnecessária”, algo que vai “arrasar com a vida sexual” e daí, claro, aceitam um parto cirúrgico, mais arriscado e doloroso, como a opção “mais segura” para trazerem seus filhos ao mundo.

Mas daí aparece a duquesa, bebê no colo, recebendo alta apenas seis horas após o parto, ainda mais cedo que nos nascimentos dos dois outros filhos, e a falácia fica cada vez mais evidente: se o parto normal é tão ruim, porque Kate parece estar tão bem-disposta? Como já está de pé a caminho de casa? “Ah, mas isso é coisa da princesa, ela é da família real, tem acesso ao que tem de bom e do melhor!” Sim! Ela e todas as mulheres britânicas, princesas ou plebeias, conta a parteira Suzan Correa, brasileira que trabalha no NHS, o National Health Service britânico. “A alta de seis horas é super comum na Inglaterra. Isso acontece diariamente com as mulheres que não apresentam riscos e complicações durante o parto”, conta a midwife. “Não é porque ela é da família real britânica ou porque terá babá e enfermeira em casa que teve alta de seis horas. É porque isso é normal por aqui”, completa. O Reino Unido tem altas taxas de parto normal e uma das internações mais curtas do mundo desenvolvido, segundo um estudo feito pelo PLOS medical journal.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Nova York retira estátua de médico que operava escravas sem anestesia

Pela primeira vez, a cidade de Nova York retirou um monumento de uma figura histórica ligada a práticas de racismo. No dia (17) a estátua do médico J. Marion Sims, considerado o pai da ginecologia moderna, foi removida de uma base de granito no Central Park, onde ela permaneceu nos últimos 84 anos.

A retirada foi aprovada na segunda-feira por um comitê que está revisando os monumentos da cidade a pedido do prefeito Bill de Blasio, após o protesto de supremacistas brancos em Charlottesville, em agosto do ano passado, e faz parte de um movimento que tem mirado estátuas em todos os Estados Unidos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

O tabu das mães que se arrependem de ter tido filhos

Grande parte de pais e mães dizem que dá trabalho ter filhos, mas que as recompensas superam em muito os sacrifícios. Pensar diferente disso parece quase inimaginável, mas há mulheres que confessam: se arrependem de terem tido filhos.

Três mulheres relataram ao programa *Victoria Derbyshire*, da BBC, como é desejar, mesmo que secretamente, não ter tido filhos.

Confira as histórias:

Rachel

"Se eu pudesse voltar no tempo, não teria tido filhos", diz Rachel, agora com 50 anos.

Ela tem três filhos - a mais jovem está com 17 anos - e durante a maior parte do tempo foi mãe solteira.

"Houve momentos em que eu não me sentia madura o suficiente para ser responsável por alguém, essa pequena pessoa que precisava de mim para sua existência", diz ela.

"Parecia um ciclo interminável de colocar uma mamadeira ou comida na boca deles para tudo sair do outro lado - e em que momento isso seria divertido?"

"Eu só sentia vontade de gritar que tudo isso, na verdade, não era tão bom quanto as pessoas dizem. Se você é realmente maternal, então isso é ótimo, você conseguiu o que queria, mas quando você não é maternal, tudo o que você fez foi entrar numa armadilha por conta própria."

Rachel admite que não pensou muito sobre como ter filhos afetaria sua vida - se tivesse se dado conta, não os teria tido.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Gráficos: Maioria entre docentes, mulheres são minoria na rede de ensino com remuneração mais alta **Ayrton**

De acordo com Censo Escolar 2017, Filosofia é única disciplina da educação básica com paridade de gênero entre docentes e média de idade de professoras e professores no ensino fundamental e médio é de 48 anos

Na educação básica, que consiste no ensino fundamental e médio, as mulheres são a enorme maioria dos docentes – oito dos 11,7 milhões, ou 68,4% do total. No entanto, ao dividir as docentes entre as redes de ensino municipal, estadual, privada e federal, os homens formam maioria nesta última. Curiosamente, está também é a rede de ensino que melhor remunera os docentes, segundo estudo do Inep, órgão de pesquisas do Ministério da Educação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres com emprego trabalham mais em casa do que homens desempregados

Com recessão, participação masculina nos afazeres domésticos avança. Mas, no total, elas ainda dedicam 10 horas a mais para essas tarefas, mostra IBGE

RIO - Com a recessão, mais homens passaram a fazer tarefas domésticas no ano passado, mas as mulheres ainda dedicam o dobro de horas que eles nesses afazeres. Segundo dados divulgados nesta quarta-feira pelo IBGE, 76,4% da população masculina com mais de 14 anos fizeram algum tipo de atividade em casa, como lavar louça ou fazer algum reparo. O percentual é maior que os 71,9% registrados em 2016. Mas o avanço foi pouco para diminuir a discrepância. Entre elas, a parcela chega a 91,7%. Mas a desigualdade é maior quando o assunto é o número de horas dedicada ao serviço no lar e aos cuidados de crianças e idosos. Mulheres ainda gastam 10 horas a mais com esse tipo de atividade.

A diferença aparece em todos os tipos de comparação. As mulheres empregadas — ou seja, que trabalham fora — dedicam 18,1 horas semanais às tarefas de casa, filhos e idosos. A média é maior até que a dos homens desempregados ou inativos, que dedicam só 12 horas por semana a essas atividades. Para os homens empregados, a média ficou em 10,3 horas semanais. Já as mulheres fora do mercado de trabalho chegam a dedicar 23,2 horas por semana aos afazeres domésticos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Governo passa dinheiro de combate à violência contra a mulher para a Secom

O governo federal realocou R\$ 209 milhões na Secretaria de Comunicação da Presidência. Parte do dinheiro saiu de programas destinados ao combate à violência contra a mulher e à reforma agrária – e no momento em que o governo prepara uma nova leva de propagandas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Contra autoritarismo, mulheres relatam torturas sofridas na ditadura

“Nunca imaginei que a gente estaria conversando sobre isso em 2018”, diz Marcia Bassetto, doutoranda de História Social da USP, presa e torturada durante quatro meses em São Paulo, em 1977, durante a ditadura militar. “Nunca imaginei que veria gente batendo panela e dizendo que tem saudade dos militares. E isso não quer dizer que eu seja a favor da corrupção. Mas a onda conservadora no mundo e no Brasil está pegando pesado”, completa. Marcia carrega em sua própria história as consequências de práticas defendidas pelo ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro, líder nas pesquisas presidenciais após a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Marcia afirma que chegou a temer um novo golpe após mensagem do comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Villas Boas, publicada na véspera do julgamento do habeas corpus de Lula, no início de abril. No post, ele se dizia “atento às suas missões institucionais” e compartilhava “com cidadãos de bem” o “repúdio à impunidade”. Interpretadas por alguns como intimidação ao Supremo Tribunal Federal, as palavras foram aplaudidas por outros militares e por juristas como o juiz Marcelo Brêtas, responsável

pela Lava-Jato no Rio de Janeiro. “Essa ameaça de golpe militar ainda está em pauta. O medo continua. O que houve em 1964 também não foi de uma hora para outra. A democracia brasileira é muito entre aspas”, alerta Marcia Bassetto, que também é pesquisadora da Comissão da Verdade da USP.

Para Eleonora Menicucci, presa entre 1971 e 1974, “a direita fascista não está brincando”. Ela e sua filha, ainda de fraldas, foram torturadas na sede do Exército, em São Paulo. A feminista de 73 anos, ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres no governo de Dilma Rousseff, afirma que se sente atingida pelo autoritarismo junto com a ex-presidenta e com políticas mais jovens, como Marielle Franco: “Mais do que nunca, mexeu com uma, mexeu com todas. Fomos todas executadas com a Marielle e todas sofremos o golpe com a Dilma, porque ele foi misógeno também”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Como o machismo afasta as mulheres na tecnologia

Conheça iniciativas de mulheres que vêm lutando para se firmar em um mercado ainda bastante restrito aos homens com projetos inovadores e inclusivos.

Quantas mulheres você conhece que sabem programar? E você consegue se lembrar de alguma que saiba resolver seus próprios “pepinos” digitais, como formatar o computador? Se você não trabalha no mercado de tecnologia, provavelmente sua resposta deverá variar entre poucas ou nenhuma mulher. Com tantas ávidas usuárias de tecnologia, que passam horas de suas vidas imersas em celulares e computadores, por que será que, ainda hoje, não participamos de sua produção? Conversamos com algumas mulheres incríveis que estão nesse universo para responder a essa e a outras questões.

Com que tipo de brinquedos você interagiu quando era criança? Se você for mulher, provavelmente sua resposta incluirá itens como bonecas e panelinhas. Somos estimuladas, desde muito pequenas, a dedicar tempo e esforço aos afazeres domésticos. Experimente fazer um exercício simples e visitar uma loja de brinquedos. A primeira constatação é a da separação de itens por gênero. Na seção dedicada aos brinquedos para meninos, há super-heróis e videogames. Já na voltada às meninas, muito cor-de-rosa, várias bonecas, princesas e diversos utensílios de cozinha, como panelas e eletrodomésticos. Desde pequenas, somos condicionadas aos cuidados da casa, enquanto os homens recebem estímulos para salvar o mundo e interagir com tecnologia.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

A africana que venceu o machismo

A saga da liberiana que, após ser obrigada a se casar e sofrer violência doméstica, governou.

Ellen Johnson Sirleaf é uma mulher negra, educada em uma sociedade extremamente machista e patriarcal, obrigada a se casar aos 16 anos, abusada pelo marido e que só conseguiu completar os estudos depois de se separar. Não conhecemos muitas histórias de perseverança que tenham sido tão bem-sucedidas, como a dela. Talvez a escritora nigeriana Buchi Emecheta (que tem apenas um livro publicado no Brasil, o importantíssimo *As Alegrias da Maternidade*) seja um dos exemplos mais emblemáticos.

Ellen Sirleaf foi a responsável pela primeira transferência pacífica de poder na Libéria em quase 50 anos, depois que o partido dela, o Unity Party, foi derrotado no segundo turno das eleições liberianas de dezembro de 2017

Mas a economista Ellen Jonhson Sirleaf se tornou sinônimo de pioneirismo. Foi a primeira mulher eleita presidente no continente africano, em 2005 na República da Libéria, pequeno país da África Ocidental. Ela e Leymah Gbowee foram as primeiras liberianas a ganhar o Prêmio Nobel da Paz, em 2011, dividido com a iemenita Tawakel Karman, líder pró-democracia do movimento pelos direitos das mulheres e pela imprensa livre no Iêmen. Ellen e Leymah foram eleitas pelos esforços de valorização das mulheres e pelas ações não-violentas para pôr fim à guerra civil no país. Além disso, Ellen Sirleaf foi a responsável pela primeira transferência pacífica de poder na Libéria em quase 50 anos, depois que o partido dela, o Unity Party, foi derrotado no segundo turno das eleições liberianas de dezembro de 2017.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Como Dona Ivone Lara abriu caminho para as mulheres no samba

Primeira mulher a assinar um samba-enredo cantado na avenida, ela se tornou a maior compositora e melodista do gênero

Dona Ivone Lara morreu na noite do dia (16), no Rio de Janeiro. A sambista estava internada havia duas semanas, devido a uma infecção renal, e sofreu uma parada cardiorrespiratória. Completou 97 anos no último dia 13.

Ganhou epítetos como “dama” e “rainha” do samba por sua trajetória pioneira: foi a primeira mulher a integrar a ala dos compositores de escola de samba e a ser reconhecida como compositora em um meio até então exclusivamente masculino, como define Mila Burns na dissertação de mestrado da UFRJ “Nasci para sonhar e cantar – Gênero, projeto e mediação na trajetória de Dona Ivone Lara”.

Na década de 1940, participou da fundação da escola carioca Império Serrano. Por conta do machismo no samba, suas primeiras composições foram apresentadas como sendo de autoria de seu primo, o também compositor Mestre Fuleiro.

Em 1965, tornou-se a primeira mulher a assinar um samba-enredo oficial – “Os Cinco Bailes da História do Rio”, criado em parceria com Silas de Oliveira e Bacalhau.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres Indígenas

Indígenas aderem a campanha da ONU pelo fim da violência contra mulheres

Mulheres indígenas que participam do Acampamento Terra Livre, em Brasília (DF), anunciaram no dia (25) a adesão à campanha “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Lançada pelo secretário-geral das Nações Unidas em 2008, a iniciativa mobiliza instituições e coletivos em todo o mundo para sinalizar espaços e vestir a cor laranja no dia 25 de cada mês como símbolo da luta contra a violência de gênero.

A entrada das indígenas brasileiras na campanha reforça a pauta de reivindicações políticas dessa população, que apresenta dez pontos prioritários, entre os quais estão o fim da violação de seus direitos; o empoderamento político e a participação política; o direito à terra e aos processos de retomada; e os direitos econômicos. O relato é do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Mulheres indígenas que participam do Acampamento Terra Livre, em Brasília (DF), anunciaram no dia (25) a adesão à campanha “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Lançada pelo secretário-geral das Nações Unidas em 2008, a iniciativa mobiliza instituições e coletivos em todo o mundo para sinalizar espaços e vestir a cor laranja no dia 25 de cada mês como símbolo da luta contra a violência de gênero.

Veja o Vídeo na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“Hoje o índio não está só no mato”, diz Sônia Guajajara

Nesta entrevista, a liderança Sônia Guajajara, pré-candidata a vice-presidência pelo PSOL fala sobre os desafios indígenas no Brasil

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Veja o Vídeo na Íntegra: [clique aqui](#)

Dia nacional do Índio e a presença das mulheres indígenas nos espaços culturais

No dia 19 de abril é comemorado o Dia Nacional do Índio, data proposta em 1940 no primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México. O evento contou com a participação de diversas autoridades governamentais dos países da América e de vários líderes indígenas deste continente. Contudo, os indígenas não compareceram aos primeiros dias do evento, temendo que suas reivindicações não fossem ouvidas – como vinha ocorrendo há algum tempo. Somente depois os líderes indígenas ponderaram sobre a importância daquele momento histórico e decidiram participar, comparecendo na data de 19 de abril. Durante o congresso foi criado o Instituto Indigenista Interamericano, também sediado no México, que tem como função zelar pelos direitos dos indígenas na América. O Brasil não aderiu imediatamente ao instituto, mas, com a intervenção de Marechal Rondon, apresentou sua adesão e instituiu o Dia do Índio, no dia 19 de abril (criado pelo presidente Getúlio Vargas através do decreto-lei 5.540 de 1943), cumprindo a proposta do Congresso de 1940.

O Dia do Índio é considerado uma data de reflexão sobre a importância e preservação da diversidade dos povos indígenas e respeito às suas manifestações culturais. Infelizmente, nem sempre a data é bem aproveitada nesse sentido e é ainda arraigada no imaginário brasileiro uma imagem estereotipada e preconceituosa do indígena. Ao contrário do que muitas escolas insistem em propagar, por exemplo, há muitas formas de ser um indígena no Brasil que vão além da utilização simbólica do cocar ou morar em uma aldeia. Os indígenas hoje estão em suas comunidades tradicionais com fortes lideranças, como a do xamã yanomami Davi Kopenawa, mas também estão nos grandes centros, como a presença do ativista ambientalista Ailton Krenak, e, especialmente, estão nas universidades que formam indígenas filósofos, linguistas, antropólogos, advogados, médicos, entre tantos outros profissionais. Os indígenas estão produzindo cinema, música e literatura. Também estão na política e no desenvolvimento sustentável. E, de Norte a Sul, esses povos estão organizados em lutas por seus direitos, suas tradições e seu reconhecimento perante a sociedade brasileira.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

Entrevista: 'É necessário tratarmos sobre feminismo, gênero, raça e sexualidade na formação de professores, sim'

Quem diz isso é a educadora e professora Tânia Mara Cruz, especialista em relações de gênero e étnico-raciais no ambiente escolar. Graduada em História, Cruz tem mestrado pela Unicamp e doutorado e pós-doutorado pela USP em Educação e é professora no mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Em entrevista à Gênero e Número, ela fala sobre suas conclusões a partir de estudos sobre as relações de gênero e raça entre crianças nos espaços de ensino e também de sua atuação em projetos de formação de professores sobre o assunto. “Poderia haver uma discussão sobre essa temática em todos os cursos, como tema transversal, mas nas licenciaturas ela é, a meu ver, imprescindível”, diz a pesquisadora.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

GÊNERO E NÚMERO: De que maneira estereótipos ligados a diferentes gêneros, raças e sexualidades chegam às crianças no ambiente escolar? E como esses estereótipos se manifestam nas interações entre elas e afetam sua socialização neste ambiente?

Tânia Mara Cruz: Ao estudar crianças, carregamos a premissa de sujeito ativo. Gosto quando William Corsaro, um pesquisador norte-americano da sociologia da infância, afirma que as crianças produzem uma reprodução interpretativa. Elas imitam os adultos ao mesmo tempo em que questionam e selecionam, reinventando suas atitudes e valores a partir de suas necessidades e das possibilidades oferecidas a elas. Isso acontece desde pequenininhas nas redes familiares, nas creches, no contato com as mídias e depois nas escolas, e nesse momento incluo as redes sociais, que passam a ter papel chave junto à escola e à família. O ser humano nunca é passivo frente aos processos de interação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

‘Quando comecei a escrever, feminismo era um palavrão. Hoje é o oposto’

Ao ‘Nexo’, autora americana Jessica Valenti trata da chegada do debate feminista ao ‘mainstream’, do atual contexto político americano e outros temas

“Quem eu seria se não vivesse em um mundo que odeia as mulheres?”, escreve a americana Jessica Valenti ao introduzir seu livro de memórias “Objeto Sexual – Memórias de uma feminista”.

A ponderação se refere aos efeitos, sobre a experiência das mulheres com relação ao mundo e a si mesmas, “dos olhares lascivos que começam quando mal entramos na puberdade, do assédio, da violência à qual sobrevivemos ou contra a qual estamos sempre em guarda”, escreve Valenti. “Há muito tempo venho guardando luto por essa versão de mim que nunca existiu.”

“Objeto Sexual” é o livro mais recente de Valenti. De 2016, o livro acaba de ser lançado no Brasil pela editora Cultrix.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

2 especialistas analisam as novas leis de combate à violência contra a mulher

Desrespeito à medida protetiva se tornou crime e difusão de mensagens misóginas na internet passará a ser investigada pela Polícia Federal

Duas leis de combate à violência contra as mulheres foram sancionadas no dia 3 de abril de 2018 e publicadas no dia seguinte, sem vetos, no Diário Oficial da União.

Uma delas tipifica como crime o descumprimento de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, que pode resultar em três meses a dois anos de detenção.

A outra transfere para a Polícia Federal a competência de investigação de crimes cibernéticos ligados à difusão de conteúdo misógino, que propaga ódio ou aversão às mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agenda Cultural

Mulheres criam projeto para denunciar e analisar canções machistas

Um grupo de mulheres lançou, no dia (3), um diretório de composições consideradas machistas, o Musica Machista Popular Brasileira (MMPB).

Quando o visitante clica no botão embaralhar ("dá um shuffle"), a plataforma a seleciona aleatoriamente uma das canções do acervo. Além da letra e do vídeo da faixa, é exibido o motivo pelo qual a composição é considerada problemática.

O projeto é uma criação da publicitária Lilian Oliveira, 28, com a especialista em UX (experiência do usuário) Carolina Tod, 27, e as diretoras de arte Rossiane Antúnez, 27, e Nathalia Ehl, 31.

"A gente usa muito a nossa criatividade a favor de empresas e grandes marcas, mas às vezes a gente pode usar isso a favor da gente, como com a causa feminista", diz Oliveira.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

As escritoras que tiveram de usar pseudônimos masculinos – e agora serão lidas com seus nomes verdadeiros

O romance *Middlemarch: um estudo da vida provinciana*, lançado em 1874 pelo escritor George Eliot, é considerado hoje uma das melhores obras da literatura inglesa. A escritora Virginia Woolf chegou a chamá-lo de "um dos poucos livros ingleses feitos para gente grande".

Na França, no mesmo século 19, George Sand também deixava sua marca na literatura. Ele foi descrito pelo autor russo Fiódor Dostoiévski como ocupante do "primeiro lugar nas fileiras dos escritores novos". Recentemente, o governo francês debateu enterrar seus restos mortais no Pantheón, ao lado de nomes como Victor Hugo e Voltaire.

Curiosamente, ambos os Georges, o britânico e o francês, eram mulheres, que usaram pseudônimos masculinos para publicar.

George Eliot era Mary Ann Evans, que assinou artigos com seu próprio nome em um jornal. Ao se aventurar pelo mundo da ficção, no entanto, ela adotou a identidade masculina e chegou a escrever um ensaio chamado *Silly Novels by Lady Novelists* (Romances bobos de mulheres romancistas, em tradução livre), criticando os romances escritos por mulheres, para se distanciar de outras autoras de sua época e para que seu trabalho fosse levado a sério.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e suas parceiras. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.def.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br